

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2023

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 22/2023, de 3 de abril

Critérios de Classificação

12 Páginas

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de escolha múltipla.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de escolha múltipla, a pontuação só é atribuída às respostas que apresentem de forma inequívoca a opção correta. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta restrita e nos itens de resposta extensa, os critérios de classificação podem apresentar-se organizados apenas por níveis de desempenho ou por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho.

A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

Nos itens cujos critérios de classificação se apresentam organizados por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho, a classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

Os itens que requerem competências de problematização e de argumentação ou apenas de argumentação podem incluir o parâmetro Comunicação. A resposta é classificada com zero pontos neste parâmetro se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

As respostas que não apresentem os termos ou as interpretações constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

Item	Versão 1	Versão 2	Pontuação
1.	(D)	(C)	11
2.	(B)	(A)	11
3.	(B)	(B)	11
4.	(D)	(C)	11
5.	(B)	(A)	11
6.	(C)	(D)	11
7.	(A)	(B)	11
8.	(A)	(C)	11
9.	(D)	(A)	11
10.	(A)	(D)	11

11. 14 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

- Identificação das premissas e da conclusão do argumento:

Premissas:

Se Francisco Sanches nasceu em Braga ou em Tui, não nasceu na Itália.

Francisco Sanches nasceu em Braga ou em Tui.

Conclusão:

Francisco Sanches não nasceu na Itália.

OU

Se Francisco Sanches nasceu em Braga ou em Tui, não nasceu na Itália.

Francisco Sanches nasceu em Braga ou em Tui.

Logo, Francisco Sanches não nasceu na Itália.

- Formalização do argumento:

(Dicionário:)

P: Francisco Sanches nasceu em Braga.

Q: Francisco Sanches nasceu em Tui.

R: Francisco Sanches nasceu na Itália.

(Formalização:)

$(P \vee Q) \rightarrow \neg R$

$P \vee Q$

$\therefore \neg R$

- Indicação da regra de inferência:

Modus ponens.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.

A – Identificação das premissas e da conclusão 5 pontos
 B – Formalização 6 pontos
 C – Indicação da regra de inferência 3 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A Identificação das premissas e da conclusão (Notas 1 e 2)	3	Identifica rigorosa e inequivocamente as premissas e a conclusão do argumento, escrevendo todas as frases completas e omitindo os elementos irrelevantes.	5
	2	Identifica inequivocamente as premissas e a conclusão do argumento, omitindo os elementos irrelevantes, mas não escreve todas as frases completas. OU Identifica inequivocamente as premissas e a conclusão do argumento, escrevendo todas as frases completas, mas não omite os elementos irrelevantes.	4
	1	Identifica inequivocamente os segmentos do argumento correspondentes às premissas e à conclusão do argumento, mas não escreve todas as frases completas nem omite os elementos irrelevantes.	2
B Formalização (Nota 3)	4	Apresenta o dicionário com precisão e formaliza corretamente o argumento.	6
	3	Formaliza corretamente o argumento, mas apresenta o dicionário de modo impreciso (por exemplo, não escreve «Francisco Sanches»). OU Apresenta o dicionário com precisão, mas formaliza o argumento com falhas menores, que não afetam a interpretação do argumento (por exemplo, omite o sinal de conclusão).	4
	2	Apresenta o dicionário de modo impreciso (por exemplo, não escreve «Francisco Sanches») e formaliza o argumento com falhas menores, que não afetam a interpretação do argumento (por exemplo, omite o sinal de conclusão). OU Apresenta um dicionário incorreto, mas a formalização está de acordo com o erro cometido.	2
	1	Apresenta uma formalização com falhas, mas que capta a estrutura central do argumento (uma premissa constituída por uma condicional, outra premissa constituída pela antecedente da condicional e a conclusão constituída pela consequente da condicional).	1
C Indicação da regra de inferência (Nota 4)	2	Indica a regra de inferência, escrevendo <i>modus ponens</i> .	3
	1	Apresenta a forma lógica da regra de inferência <i>modus ponens</i> (por exemplo, escreve $A \rightarrow B, A, \therefore B$), sem indicar o nome.	2

Nota 1 – A ordem de apresentação das premissas é irrelevante.

Nota 2 – Caso o examinando recorra a transcrições para identificar as premissas e a conclusão, como a seguir se exemplifica, a resposta poderá ser integrada no nível 3 de desempenho, no parâmetro A, desde que, tendo em conta a formalização apresentada (ver parâmetro B), seja evidente que as proposições do argumento foram corretamente identificadas.

Exemplo:

As premissas são «(dado) ter nascido em Braga ou em Tui; e (é evidente que), se nasceu em Braga ou em Tui, não nasceu na Itália», e a conclusão é «Francisco Sanches não nasceu na Itália».

Nota 3 – Se as premissas e a conclusão do argumento não forem corretamente identificadas (ou seja, se não tiver sido atingido o nível 1 do parâmetro A), mas o argumento apresentado pelo examinando contiver as proposições do argumento proposto no enunciado, como a seguir se exemplifica, a resposta pode obter a pontuação total prevista no parâmetro B, mas será classificada com zero pontos no parâmetro C.

Exemplo:

As premissas são «Francisco Sanches não nasceu na Itália, (dado) ter nascido em Braga ou em Tui», e a conclusão é «e (é evidente que), se nasceu em Braga ou em Tui, não nasceu na Itália».

Nota 4 – Caso o examinando escreva o nome da regra com erros ortográficos, a resposta não será desvalorizada desde que a identificação da regra seja evidente (por exemplo, uma resposta como «modo ponnens» será aceite, mas uma resposta como «modus pollens» não será aceite).

12. 14 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Indicação do solicitado:

- não (caso se negue que «a justificação assegura a verdade das crenças e o conhecimento fornece certezas», não será preciso defender que «nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas»).

Justificação:

- negar que uma conjunção é verdadeira apenas nos compromete com a defesa de que as duas conjuntas não podem ser simultaneamente verdadeiras (ou seja, com a defesa de que, pelo menos, uma delas não é verdadeira);
- da falsidade de (OU da negação de) «a justificação assegura a verdade das crenças e o conhecimento fornece certezas» apenas se segue que «a justificação não assegura a verdade das crenças ou o conhecimento não fornece certezas» (de acordo com as leis de De Morgan).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Indica inequivocamente que não será preciso defender que «nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas». Justifica de modo completo e preciso.	14
3	Indica inequivocamente que não será preciso defender que «nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas». Justifica de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto.	11
2	Indica inequivocamente que não será preciso defender que «nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas». Justifica de modo incompleto e com imprecisões.	7
1	Apenas indica inequivocamente que não será preciso defender que «nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas». OU Apenas refere corretamente aspetos relevantes para a justificação solicitada (por exemplo, escreve a fórmula da negação da conjunção).	4

13. **14 pontos**

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Justificação:

- a piedade é um «sentimento natural» e, nessa medida, qualquer ser humano tende a sentir piedade pelos outros;
- uma vez que tende a sentir piedade pelos outros, qualquer ser humano tentará provocar «o menor mal possível a outrem» quando procura fazer o que é bom para si;
- não há variações pessoais na máxima de que cada um deve fazer o que é bom para si provocando o menor mal possível a outrem, dado que qualquer ser humano sente repugnância ao praticar o mal (repugnância essa que é causada pelo «sentimento natural» de piedade);
- também não há variações culturais na máxima referida, pois qualquer ser humano sente repugnância ao praticar o mal «independentemente das máximas que lhe moldaram a educação» (máximas essas que refletem as diferenças entre culturas).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Justifica de modo completo e preciso.	14
2	Justifica de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto.	9
1	Justifica de modo incompleto e com imprecisões.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Explicitação das razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever»:

- a justiça consiste num conjunto de «exigências morais» que, dada a sua importância na «escala da utilidade», são prioritárias (e que, por isso, devemos seguir);
- contudo, podem «ocorrer casos particulares», ou excepcionais, em que, em nome de uma maior utilidade (ou de um bem maior), seja necessário fazer valer outras exigências da justiça (e pôr as exigências habituais em segundo plano);
- por exemplo, nos casos particulares em que salvar uma vida produza uma maior utilidade, pode ser obrigatório roubar um medicamento (e, nesse caso, roubar um medicamento constitui um dever).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Explicita, de modo completo e preciso, as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever». Integra adequadamente informação do texto.	14
3	Explicita, de modo completo e preciso, as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever». Integra, com falhas, informação do texto: transcreve expressões do texto sem indicação de citação, ou usa o texto com imprecisões para ilustrar o que afirma. OU Explicita, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever». Integra adequadamente informação do texto.	11
2	Explicita, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever». Integra, com falhas, informação do texto: transcreve expressões do texto sem indicação de citação, ou usa o texto com imprecisões para ilustrar o que afirma.	7
1	Explicita, de modo incompleto e com imprecisões, as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever». Integra inadequadamente informação do texto, ou não integra informação do texto.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

- Apresentação inequívoca da posição defendida.
- Justificação da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando concordar com a ideia segundo a qual um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever»:

- a experiência (coletiva) dos seres humanos (ao observarem certos tipos de ações e os seus resultados) permitiu identificar as ações que, habitualmente, promovem o aumento do saldo de felicidade ou bem-estar e aquelas que são contrárias a tal propósito;
- esta experiência traduz-se em deveres, ou exigências morais, ordenados de acordo com a sua importância habitual e expressos na forma de proibições e obrigações (como a proibição de matar ou a obrigação de socorrer quem se encontra em risco de vida);
- quando, em circunstâncias excecionais, estes deveres entram em conflito, é necessário recorrer ao critério da utilidade para decidir qual dos deveres prevalece e qual passa para segundo plano (por exemplo, para respeitarmos a obrigação de salvar um doente, pode ser nosso dever assaltar uma farmácia, algo que habitualmente é tido por injusto).

No caso de o examinando discordar da ideia segundo a qual um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever»:

- tais atos são inadmissíveis, por serem contrários ao dever;
- por exemplo, se, com o intuito de salvar um doente, raptássemos um médico qualificado, estaríamos a instrumentalizar o médico, tratando-o como um meio ao serviço dos nossos fins (ou seja, estaríamos a contrariar diretamente o imperativo categórico);
- os nossos deveres, se existem, são absolutos e não mudam de acordo com as circunstâncias nem com o cálculo da utilidade esperada que cada um possa fazer OU os nossos deveres são determinados pela razão, e a razão não se contradiz, pelo que não é possível haver conflitos entre deveres.

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.

A – Argumentação a favor de uma posição pessoal 8 pontos
 B – Adequação conceptual e teórica 4 pontos
 C – Comunicação 2 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia um bom domínio das competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados; • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida ou contra posições rivais da defendida. 	8
	2	Apresenta a posição defendida, ainda que o possa fazer de modo implícito. Evidencia um domínio satisfatório das competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos; • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida ou contra posições rivais da defendida. 	5
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que o possa fazer de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
B Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, de modo preciso, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica com imprecisões conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza com imprecisões (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
C Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro C – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

15.1. **14 pontos**

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Identificação dos autores dos textos:

- o texto A é de Descartes, e o texto B é de Hume.

Justificação da identificação feita:

- no texto A, afirma-se que nenhuma das coisas que, potencialmente, existem nele (Descartes) «pertence à ideia de Deus», e que o seu conhecimento, mesmo que «aumentasse sempre mais e mais», seria sempre finito, não podendo fazer parte da ideia de Deus, que é a ideia de um ser infinito;
- de acordo com o Texto A, algumas ideias são independentes da experiência, e a ideia de Deus é uma dessas ideias (e estes são aspetos centrais do racionalismo de Descartes);
- no texto B, afirma-se que todas as ideias, «por mais complexas e sublimes que possam ser», derivam da experiência, e que a ideia de Deus deriva da experiência que temos da «nossa própria mente», na qual percebemos os sentimentos de «bondade e sabedoria», que são infinitamente aumentados na ideia de Deus;
- de acordo com o Texto B, qualquer ideia, mesmo que seja a ideia de um ser sublime como Deus, tem origem em impressões e, nessa medida, depende da experiência (e este é um aspeto central do empirismo de Hume).

Nota bibliográfica:

Texto A – R. Descartes, *Meditações sobre a Filosofia Primeira*, Coimbra, Almedina, 1985, pp. 155-156.

Texto B – D. Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2002, p. 35.

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	Identifica inequivocamente os autores dos dois textos. Justifica, de modo completo e preciso, a identificação feita.	14
3	Identifica inequivocamente os autores dos dois textos. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, a identificação feita.	11
2	Identifica inequivocamente os autores dos dois textos. Justifica, de modo incompleto e com imprecisões, a identificação feita.	7
1	Apenas identifica inequivocamente os autores dos dois textos. OU Apenas refere um aspeto relevante para a justificação solicitada (por exemplo, afirma que a ideia de um ser infinito não pode ter origem num ser imperfeito).	4

15.2. **14 pontos**

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Justificação:

- no texto A, Deus é apresentado como um ser infinito e perfeito, dado que «nada se pode acrescentar à sua perfeição»;
- a existência é uma perfeição (OU nada que não exista pode ser perfeito);
- se Deus não existisse, não seria perfeito (logo, Deus existe).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Justifica de modo completo e preciso.	14
2	Justifica de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto.	9
1	Justifica de modo incompleto e com imprecisões. OU Apresenta uma das versões do argumento ontológico, sem a relacionar com a última afirmação do texto A.	4

16. 14 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

- Clarificação do problema proposto:
 - a distribuição dos direitos e das liberdades básicas é um dos aspetos do problema da justiça social;
 - trata-se de determinar se os direitos e as liberdades básicas podem ser sacrificados a favor da utilidade geral ou, em alternativa, se os direitos e as liberdades básicas são invioláveis em qualquer circunstância.
- Apresentação inequívoca da posição defendida.
- Justificação da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando defender que a promoção da utilidade geral seria uma justificação suficiente para um governo limitar as liberdades básicas:

- em circunstâncias normais, o respeito pelas liberdades básicas por parte dos governos geralmente promove a utilidade geral;
- mas há circunstâncias especialmente difíceis, como, por exemplo, circunstâncias em que existe o risco de catástrofe social ou de violência generalizada;
- em circunstâncias especialmente difíceis, é prioritário que os governos façam o que é racional para evitar consequências muito negativas, promovendo, desse modo, a utilidade geral;
- os governos podem ver-se obrigados a limitar liberdades básicas caso o cálculo racional da utilidade assim o determine.

No caso de o examinando defender que a promoção da utilidade geral não seria uma justificação suficiente para um governo limitar as liberdades básicas:

- as liberdades básicas são condições indispensáveis para que as pessoas possam ser de facto livres e iguais;
- se as pessoas apenas podem ser livres e iguais caso sejam titulares das suas liberdades básicas, então estas não se encontram sujeitas ao cálculo da utilidade geral;
- ora, a legitimidade dos governos eleitos resulta precisamente do facto de serem escolhidos pelas pessoas no exercício das suas liberdades básicas, em especial das suas liberdades políticas;
- um governo que limitasse o exercício das liberdades básicas (exercício de que resultou a sua eleição) estaria a violar as condições da sua própria legitimidade.

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.

A – Problematização 2 pontos
 B – Argumentação a favor de uma posição pessoal 6 pontos
 C – Adequação conceptual e teórica 4 pontos
 D – Comunicação 2 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A Problematização	2	Clarifica adequadamente o problema proposto.	2
	1	Clarifica com imprecisões o problema proposto.	1
B Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia um bom domínio das competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados; • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida ou contra posições rivais da defendida. 	6
	2	Apresenta a posição defendida, ainda que o possa fazer de modo implícito. Evidencia um domínio satisfatório das competências argumentativas: <ul style="list-style-type: none"> • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos; • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida ou contra posições rivais da defendida. 	4
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que o possa fazer de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
C Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, de modo preciso, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica com imprecisões conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza com imprecisões (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
D Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro D – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	4.	5.	7.	9.	11.	12.	13.	14.1.	14.2.	15.1.	15.2.	16.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	1.	2.	3.	6.	8.	10.	Subtotal						
Cotação (em pontos)	4 × 11 pontos											44	
TOTAL													200